

# Superior Tribunal de Justiça

**EDcl no AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.274.309 - PB  
(2018/0080667-2)**

**RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**  
**EMBARGANTE : HUGO ANTÔNIO LISBOA ALVES**  
**ADVOGADO : MANOLYS MARCELINO PASSERAT DE SILANS - PB011536**  
**EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA**

## DESPACHO

Pela petição de fls. 536/538, o ora embargante requer a retirada do processo de pauta de julgamento, porquanto não teria havido a intimação pessoal do Ministério Público do Estado da Paraíba, embargado, como requerido pelo *parquet* federal à fl. 530.

Compulsando os autos, verifico que o Ministério Público estadual foi devidamente intimado, conforme termo de ciência de fl. 532.

Ademais, nos termos de precedentes do Superior Tribunal de Justiça, a intimação eletrônica pode ser considerada pessoal para todos os fins legais, não se fazendo distinção da regra em relação ao *parquet*.

Nesse sentido:

Destaca-se que é pacífico o entendimento de que as intimações realizadas por meio eletrônico em portal próprio, aos que se cadastrarem, serão consideradas pessoais para todos os efeitos legais. Tal premissa aplica-se a todos que possuem prerrogativa de vista e intimação pessoal.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO PENAL E DIREITO PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO. PARQUET ESTADUAL. INTIMAÇÃO ELETRÔNICA. REMESSA DOS AUTOS VIA PORTAL DO TRIBUNAL. DIES A QUO. DATA DE EFETIVA CONSULTA. ART. 5º DA LEI N. 11.419/2006. APELAÇÃO TEMPESTIVA. RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM.

1. A realização da intimação eletrônica se dá no dia em que o intimando efetuar a consulta eletrônica ou, não sendo essa realizada no prazo de 10 dias corridos, contados da data do envio, deverá ser considerada como realizada tacitamente no último dia do prazo dos 10 dias previstos para consulta (Lei n. 11.419/2006).

2. Para a jurisprudência deste Superior Tribunal, a Lei n. 11.419/2006 não faz exceção ao Ministério Público, devendo-se, em atendimento à igualdade das partes no devido processo legal, aplicar a mesma regra dos §§ 1º e 3º, do art. 5º desta lei, ao órgão ministerial.

3. O agravo regimental não merece prosperar, porquanto as razões reunidas na insurgência são incapazes de infirmar o entendimento assentado na decisão agravada.

4. Agravo regimental improvido.

(AgRg no REsp 1762101/MS, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 16/10/2018, DJe 13/11/2018)

# Superior Tribunal de Justiça

PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TEMPESTIVIDADE. CONSUMAÇÃO DA INTIMAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO PELO DECURSO DE PRAZO DO ART. 5º DA LEI N. 11.419/2006. TERMO INICIAL. AGRAVO CONHECIDO PARA DAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

I - A intimação eletrônica é considerada como realizada no dia em que o intimando efetuar a consulta eletrônica ou, não sendo esta realizada no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados da data do envio, deverá ser considerada como realizada tacitamente no último dia do prazo dos 10 (dez) dias previstos para consulta.

II - **A lei 11.419/2006 não faz exceção ao Ministério Público, devendo-se, em atendimento à igualdade das partes no devido processo legal, aplicar a mesma regra dos §§ 1º e 3º, do art. 5º desta lei, ao órgão ministerial. Precedentes.** Agravo regimental desprovido. (AgRg no AREsp 1147557/MS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 24/05/2018, DJe 30/05/2018)

[...]

Comprovada, então, a intimação válida da Municipalidade, não cabe a alegação de ocorrência de divergência interpretativa, porquanto **há entendimento formalizado no sentido de a intimação eletrônica ser considerada pessoal para todos os efeitos legais**, não tendo sido excepcionado o feito de execução fiscal.

Confira-se, **em mesmo sentido**, envolvendo o mesmo Município ora recorrente, a seguinte decisão monocrática: AREsp 1540210, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, DJe 30/09/2019.

No mais, também foram proferidas no mesmo sentido as seguintes decisões monocráticas: Processo REsp 1760680, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe

29/08/2018; REsp 1715611 Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Data da Publicação 18/09/2019; REsp 1735487, Rel. Ministro Benedito Gonçalves; DJe 24/09/2018. [...] (ARESP 1533472, Min. Og Fernandes, decisão monocrática, data 22/10/2019, Dje 25/10/2019, grifo nosso)

Antes o exposto, **indefiro** o pedido.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

Relator